



# Qualidade para todos

Vicente Barreto

**A** crise em que se encontra a educação brasileira dá a impressão de não haver mais solução para a diversidade e complexidade dos seus problemas que se arrastam envolvidos por denso nevoeiro conceitual e programático. Os professores em greve, os pais sem recursos para pagar as mensalidades, escolas da rede particular ameaçando fechar, a rede pública deteriorando-se fisicamente; e o ensino, tanto público como particular, com as exceções de praxe, em rápida e assustadora desqualificação.

Fala-se muito em defesa da escola particular, em liberdade de escolha. O ensino particular garantiria essa liberdade fundamental, permitindo que os pais pudessem optar entre diferentes escolas. Na realidade, essa escolha não existe, ou existe só nas camadas mais afluentes da sociedade. Na grande massa, os pais estão obrigados a matricular seus filhos na escola pública ou, no caso de sua inexistência, na escola particular que existir. O programa de bolsas de estudo que deveria ser o meio para assegurar, pelo menos no que se refere à educação básica, a liberdade de escolha é reduzido em recursos, concebido de forma errônea e distribuído mediante critérios no mínimo discutíveis. As bolsas de estudo são irrisórias, tendo em vista o aumento dos custos da educação; distribuídas diretamente às instituições de ensino, obrigam a matrícula na escola onde houver disponibilidade de bolsa; e, finalmente, o sistema tem sido campo fértil para todo o tipo de clientelismo político.

A disputa por recursos entre escola pública e privada é sintomática da doença que tomou conta da educação brasileira. Não se procura um mecanismo para a aplicação dos recursos, mas discute-se, e muito, as qualidades ou deficiências da escola pública e da escola privada. Discute-se o problema como se a escola democrática fosse necessariamente pública e a qualidade do ensino estivesse somente na escola privada. Ignora-se, assim, que a escola, pública ou privada, é instrumento da comunidade como um todo e que, portanto, a comunidade é que deve controlar o seu funcionamento. Se a escola existe para atender à coletividade, não é verdade que a sua qualidade deva ser controlada pela comunidade que ela pretende servir? Resta estabelecer mecanismos comunitários que tornem possível esse controle.

A fixação de critérios objetivos dessa qualificação do ensino é a primeira condição para a aplicação dos recursos públicos. Assim, a abertura de escolas particulares deveria ser assegurada somente quando as mesmas tivessem qualidade de ensino e instalações equivalentes à da escola pública local.

Dentro dessa qualificação preliminar da escola, a questão dos recursos públicos para a escola particular é um nó górdio somente na aparência. Em vez de o governo federal repassar de forma paternalista recursos para a es-

cola particular, a solução é estabelecer um sistema que contribua para a qualificação do ensino e garanta o acesso de todos à educação básica. Trata-se, em outras palavras, de dar prioridade efetiva à educação básica, garantindo o governo o acesso de todos às escolas, públicas ou privadas. E, para isto, é necessário investir todos os recursos na escola pública e substituir o atual sistema de bolsas de estudos por outro mais democrático, que permita de fato a escolha pela família.

O cheque-educação é uma proposta no sentido de retirar o sistema de bolsas de estudo das mãos da burocracia e fazer com que os recursos públicos sejam repassados diretamente às famílias, e não à escola particular.

O princípio do cheque-educação é extremamente simples. Cada família necessitada recebe do governo, em conta bancária aberta com esta finalidade, um cheque-educação. O valor depositado na conta familiar corresponde, mais ou menos, ao que custa, em média, um ano de ensino ao contribuinte. Estabelece-se, assim, uma concorrência real, pois os recursos públicos não são mais distribuídos diretamente às escolas, que escolhem os alunos a serem beneficiados. Os pais dos alunos, com recursos do governo, irão escolher a escola que melhor atenda aos seus filhos. Desta forma, garante-se a verdadeira liberdade de escolha, aquela que pode ser exercida.

O cheque-educação tem sido utilizado em alguns estados norte-americanos, na Grã-Bretanha e nos países escandinavos. Nos EUA, em Alum Rock, Califórnia, fez-se uma experiência com várias escolas, abrangendo um total de 15 mil alunos; as escolas foram obrigadas a ter um terço do seu orçamento custeado pelos cheques-educação, garantindo o governo o emprego dos professores e o restabelecimento dos gastos de manutenção. Com isto, os diretores e os professores esmeraram-se em disputar o alunado, dando uma educação de qualidade superior às das demais escolas. A avaliação, dessa experiência, realizada pela Rand Corporation, foi extremamente positiva, e mostrou como o grau de aproveitamento dos alunos era maior nas escolas custeadas pelo cheque-educação do que nas demais.

E, mais interessante, os salários dos professores puderam ser aumentados, pois a melhoria da qualidade do ensino permitia a escola arrecadar mais de um terço do mínimo orçamentário exigido, sendo o excedente repassado para o pagamento docente.

Só com propostas democratizadoras, capazes de romper o círculo de ferro da burocracia e do corporativismo que sufoca a educação brasileira, a crise da escola será superada. Democratizar a liberdade escolar significa adotar mecanismos democráticos para assegurar a liberdade; e o olho do dono — o de quem paga o imposto ou a mensalidade — é ainda a forma mais segura para promover a igualdade na educação, ou seja, uma educação de qualidade para todos.

Vicente Barreto é professor nas Faculdades Cândido Mendes — Ipanema.